

Setor eólico offshore espera marco regulatório

PROJETOS

RÓRIO

A segunda edição da Brazil Offshore Wind Summit, no Rio de Janeiro, que começa hoje, vai encontrar o setor eólico um pouco mais otimista com a aprovação do marco regulatório para a geração de energia eólica no mar do que a primeira edição, em 2022.

A votação no Congresso pode acontecer nos próximos dias, segundo a presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Elbia Gannoum, “sem mais alterações” no texto.

Segundo ela, na recente reunião ministerial com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Brasília, a energia eólica offshore (no mar) foi considerada prioridade para o governo.

Ao lado do CEO da Glo-

bal Wind Energy Council (GWEC), Ben Backwell, Gannoum afirma que desde a primeira aprovação da lei da geração eólica offshore no Senado se passaram dois anos. De lá para cá, o número de projetos arquivados no Ibama em busca de licença atingiu 200 gigawatts (GW), confirmando o interesse dos investidores em projetos nesse segmento no País.

“Está sendo planejado um Brasil de potência instalada em eólica offshore, e isso demonstra o interesse dos investidores”, diz Gannoum, referindo-se ao atual nível de potência instalada no País (196 GW).

A executiva afirma ainda que o texto atual do Marco Eólico Offshore atende as principais diretrizes para o desenvolvimento da tecno-



Projeto de turbinas eólicas da Letônia: Brasil aposta neste segmento

logia no Brasil, “fora um ajuste ou outro”, mas alerta que é preciso trazer também diretrizes gerais das

cessões do uso do mar, como aconteceu no setor de petróleo.

“Isso vai permitir que o

poder concedente possa fazer as demais regulamentações e o primeiro leilão de uso do mar, que vai autorizar os investidores a fazerem estudos ambientais para buscar as licenças ambientais e começar a construir o projeto do mar”, explica Gannoum.

Backwell considera a regulamentação do setor fundamental para estudos mais profundos por parte dos investidores. Ele observa que os projetos eólicos no mar são demorados.

O executivo da Global Wind diz que é preciso começar agora se o País quiser estar preparado para o futuro, quando haverá aumento da demanda tanto por energia para atender a expansão da economia, como para produção de hidrogênio. (Estadão Conteúdo)

Na avaliação da presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Elbia Gannoum, a lei e a regulamentação da cessão de uso de áreas para a geração de energia eólica no mar devem sair ainda neste ano. Segundo ela, o primeiro parque eólico offshore estará em operação no País em 2031. “Com a primeira licença em mãos, eles (os investidores) estão aptos a vender a energia, ou no mercado livre ou em leilão do governo”, comenta.